



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos**
2 **vinte e um dias de setembro de dois mil e onze.** Estiveram presentes os conselheiros
3 municipais de saúde, conforme lista de presença em anexo. O Sr. Porsani iniciou a reunião
4 dando as boas vindas a todos os presentes e solicitou que os usuários elejam os seus
5 representantes para a comissão de Recursos Humanos. Realizou a leitura das pautas, sendo:
6 I. Informes; II. Apresentação, discussão e deliberação da Lei Orçamentária Anual – Exercício
7 2012 e a Peça Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde. I. Informes: O Sr. Manuel
8 falou que é conselheiro suplente e está em duas comissões de acompanhamento e afirmou
9 não estar contente, pois não tem como fiscalizar quantos materiais foi utilizado. Falou que
10 faltam insumos. Propôs que não dá para ter dinheiro e não ter aula e informação. Apontou
11 que não irá ao DGDO para verificar os contratos. Falou que o CMS deve ter um respaldo
12 jurídico e contábil, pois não é possível simplesmente confiar e assinar as contas. O Sr.
13 Porsani esclareceu que a Comissão Executiva já solicitou uma assessoria jurídica e contábil
14 para o CMS. A Sra. Marlene falou que é mãe de um usuário da PUCC e colocou-se
15 descontente, pois seu filho precisava de uma radiografia. Relatou que na recepção do Raio-X
16 para o SUS, o teto está caindo, as paredes e os bancos estão desgastados e não existe água
17 para os usuários. Falou que desde a primeira vez que entrou na sala de espera, chamou os
18 usuários para esperar na sala de recepção do convênio, pois possui água gelada, ar
19 condicionado e toda a estrutura. Afirmou ser desumano o que vem sendo feito na PUCC com
20 os usuários, no Raio-X. Solicitou que os conselheiros da Comissão de Acompanhamento
21 verifiquem essa situação. A Sra. Soeli falou que é complicado ter uma audiência pública de
22 orçamento estadual e não ter sido avisada antecipadamente. Afirmou que só foi, pois algum
23 conhecido a avisou. Argumentou que, quando o Sr. Fábio apresenta a prestação de contas,
24 assusta ao ver o repasse de verbas pequeno que o estado encaminha para Campinas. Falou
25 que o CMS deveria ter participado dessa audiência e ter sido avisado antecipadamente. O Sr.
26 Paulo ficou feliz em ver a saúde fazer a implementação de um trabalho como esse no dia de
27 hoje, pois hoje é o dia da árvore, que a natureza cria e dá ramos. Ressaltou que hoje é o dia
28 nacional de luta das pessoas com deficiência. Colocou que a vida dos deficientes é
29 complicada e falou que espera uma saúde eficiente para os deficientes. O Sr. Trombetta
30 falou sobre o problema das capivaras, sendo que as que deveriam ser mortas não foram.
31 Informou que flagrou um propagandista de laboratório farmacêutico no centro de saúde,
32 cortando a fila, sendo que existiam duas senhoras esperando. Falou que isso é crime e
33 solicitou providências, pois existe uma resolução e uma portaria na Lei do SUS. Informou que
34 denunciou a situação para o Distrito Leste e fora informado que alguém do Distrito havia
35 liberado. Afirmou que essa situação cabe sindicância. Denunciou que tem uma conhecida, a
36 qual foi incentivada a doar sangue, e ela, ao doar sangue no ônibus do hemocentro, a
37 balança que afere as bolsas estava quebrada e, por irresponsabilidade, fora retirado mais
38 sangue que o normal e a pessoa acabou passando mal e desmaiou. Falou que deveria ter um
39 profissional aferindo a pressão, para evitar que acidentes acontecessem. Propôs uma moção
40 de repúdio para ser encaminhada ao hemocentro. A Sra. Matilde falou que a bandeira desse



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 ano, no grito dos excluídos, foi que as pessoas com deficiência reivindicam atendimento
42 humanizado no SUS. Falou que é necessário um olhar humanizado ao atender os usuários
43 com deficiências, onde ocorre a falta de acessibilidade. Falou que hoje, uma pessoa
44 tropeçou em sua bengala e a entortou. Falou que a luta continua e não se deve amolecer.
45 Solicitou que o secretário cobre esse olhar humanizado na saúde. A Sra. Márcia Molina falou
46 sobre o movimento da Primavera da Saúde, sendo um movimento do Brasil inteiro, para
47 mobilizar a discussão da aprovação da EC29. Falou que existe uma mobilização nacional para
48 discutir não somente a EC29, mas o que está escrito nela. Falou sobre a necessidade de
49 garantir os percentuais estabelecidos na EC29 para o repasse de verbas para o SUS. Falou
50 que o marco de luta no dia 19 de setembro, no Sindicato da Construção Civil, coincidindo
51 com os 21 (vinte e um) anos do SUS, fora marcante. Informou que foi realizado um ato em
52 prol da EC29, que deverá contar com a presença de muitos manifestantes de todo o país.
53 Falou que o Brasil investirá US\$ 500,00 (quinhentos dólares) per capita, enquanto que nos
54 países desenvolvidos, o gasto com a saúde é de US\$ 2.000,00 (dois mil dólares) per capita.
55 Convidou a todos os interessados a participarem do ônibus para segunda-feira, para a ida
56 para Brasília para o manifesto da Primavera da Saúde. O Sr. Xavier denunciou a situação
57 presenciada neste sábado, no Pronto Atendimento São José. Relatou que teve um amigo
58 que sofreu um acidente próximo ao Shopping Campinas e que foi levado ao PA São José,
59 onde não existia material para realizar o curativo. Relatou que teve que comprar o material
60 para que seu amigo fosse atendido. Apontou que, na segunda-feira, voltou ao PA, para saber
61 sobre esse fato e fora atendido pela assistente social. Verificou que não tinha médico
62 suficiente para a demanda, ocorrendo uma espera de quatro a seis horas. Ao relatar a
63 situação de seu amigo, fora encaminhado ao local, onde existia uma caixa com o material do
64 curativo. Perguntou onde está a humanização e solicitou que deveria ser averiguado a
65 situação e o funcionário punido. A Sra. Wilma perguntou sobre o documento que recebeu
66 para o dia 28 de setembro, sendo que a pauta da presente reunião abordará o assunto
67 contido na documentação. Questionou por que teve que assinar uma lista de recebimento
68 com a data de hoje, sendo que a documentação é para a próxima reunião. O Sr. Gerardo
69 agradeceu a presença das pessoas que estiveram na praça para a mobilização. Informou que
70 a agenda de mobilização é grande, para ver como se trabalha a solidariedade. Relatou que
71 fora decisivo lotar a Câmara dos Vereadores, no dia 14 de fevereiro para derrotar a política
72 nefasta que a Secretaria Municipal de Saúde vem realizando. Informou que a próxima
73 semana será uma semana de mobilização, que começa amanhã, com a manifestação dos
74 correios, metalúrgicos e trabalhadores informais e convidou a todos a participarem. Falou
75 que no próximo sábado, ocorrerá um ato em defesa do CEREST, com panfletagem; no
76 domingo, ocorrerá um churrasco do samba dos que dançaram, com os mutuários que não
77 receberam suas casas. O Sr. Genésio informou que graças a esta gestão, o Centro de Saúde
78 de sua região está pronto há dois meses. Perguntou quando será inaugurado, para que a
79 comunidade saiba a data certa. O Sr. José Carlos informou sobre o convite para o encontro
80 com o Prefeito Demétrio com os conselhos municipais, para a comemoração da semana da



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 participação popular e da cidadania. Explicou que cada conselho terá apenas cinco minutos
82 para se manifestar. Informou que o encontro ocorrerá no dia 05 de outubro. Explicou a Sra.
83 Wilma que a pauta de discussão da LOA 2012 havia sido planejada pela Comissão Executiva
84 há meses, porém na última reunião, o Sr. Mariante fizera uma proposta para que a LOA
85 fosse discutida no dia 14 de setembro e, caso não desse tempo, que fosse discutida no dia
86 21 de setembro, pois a LOA deve ser entregue na Câmara até o dia 30 de setembro.
87 Informou que a apresentação da Peça Orçamentária da Saúde fora finalizada hoje, para ser
88 apresentada na presente reunião. Relatou que assim que recebeu o arquivo digital, já
89 providenciara o envio por e-mails, para que quem recebesse o e-mail já tivesse esse primeiro
90 contato. Para os conselheiros que recebem somente a via impressa, optou por entregar na
91 presente reunião. Ressaltou que o material entregue será para a reunião do dia 28 de
92 setembro. O Sr. Porsani ressaltou que cada conselho terá somente cinco minutos de
93 manifestação na reunião com o Prefeito e que devem ser priorizadas as demandas do CMS.
94 O Sr. Saraiva convidou a todos para a inauguração do Centro de Saúde do Jardim Fernanda,
95 que ocorrerá nesta sexta, às 8:30. Explicou que houve atrasos na inauguração, que ocorrerá
96 na ausência do Prefeito, devido a problemas de agenda. Ressaltou que existe um
97 entendimento com o Conselho Local de Saúde de que a unidade deve começar a funcionar o
98 quanto antes. Ressaltou os problemas que esta comunidade vem enfrentando, sendo que a
99 área, inicialmente, era de desapropriação e que fora conseguido apontar a importância de
100 construir a unidade naquele local. Sobre o ônibus, falou que vem encontrando problemas
101 com o Departamento Administrativo com a liberação do ônibus. Explicou se tratar de um
102 entrave jurídico, pois o contrato não contempla viagens interestaduais. Comprometeu-se a
103 verificar com o Prefeito a possibilidade de saídas para viabilizar o ônibus e ressaltou estar
104 envolvido pessoalmente na questão. Sobre a retomada da discussão sobre a municipalização
105 do CHOV, informou que esteve com a Dra. Lenir, sendo construídas duas agendas, sendo
106 uma para a próxima semana com uma discussão doméstica e outra no dia 11 de outubro,
107 com a participação da Dra. Lenir, Dr. Nelson, Dr. Gilson Carvalho e a Dra. Mônica – ex-
108 coordenadora da fundação pública de Sergipe. Afirmou que tenta realizar a promoção desta
109 reunião na Sala Azul, com a presença do secretário de gabinete e do secretário de assuntos
110 jurídicos. Sobre o Centro de Saúde Rossim, informou que está sendo programada a entrega
111 da unidade para 15 (quinze) dias, pois falta uma ligação de esgoto junto à SANASA, com a
112 previsão de terminar essa semana. O Sr. Porsani informou que discutiu na Comissão
113 Executiva e que será convidada a comissão de acompanhamento do convênio, a comissão
114 executiva e a comissão que trabalhou ano passado, para a construção do modelo de gestão
115 do CHOV. Relatou que a SMS se colocou disposta a acelerar o processo de discussão. Para a
116 Comissão Permanente de Discussão de Recursos Humanos, representando os conselheiros
117 trabalhadores, foram eleitas a Sra. Wilma e a Sra. Marlene. Após, fora realizada uma eleição
118 para os representantes dos conselheiros usuários. Candidataram o Sr. Mariante, o Sr. Xavier,
119 o Sr. Antônio Mamede e o Sr. José Martins. O Sr. Mariante recebeu 24 (vinte e quatro) votos;
120 o Sr. Xavier e o Sr. Mamede receberam 18 (dezoito) votos cada e o Sr. José Martins recebeu



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 12 (doze) votos; sendo eleitos, portanto, o Sr. Mariante, o Sr. Xavier e o Sr. Mamede. A Sra.
122 Izabel solicitou uma questão de ordem, apontando que cada conselheiro pode participar de
123 duas comissões somente. Perguntou se todos os conselheiros estão cientes dessa condição.
124 O Sr. Porsani explicou que a princípio são duas comissões somente, mas a princípio teve
125 somente quatro candidatos. Afirmou que será checada com os candidatos eleitos a
126 possibilidade de desistirem de alguma outra comissão ou deverão desistir desta. Ressaltou
127 que não se pode deixar de viabilizar uma comissão, tão importante como esta, por falta de
128 participação dos conselheiros ou pela restrição do Regimento Interno. O Sr. Trombetta
129 solicitou uma questão de ordem, alegando que o que é regimental não se discute, se
130 cumpre. Afirmou que o Regimento Interno é claro ao afirmar que cada conselheiro pode
131 participar somente de duas comissões. Afirmou que essa fala do presidente cabe mandato
132 de segurança. Ressaltou que, se o CMS quer mudar o Regimento, por acreditar ser falho,
133 deve seguir as orientações contidas no próprio. Falou que não se pode fazer nada, quando
134 os conselheiros não se interessam pelo trabalho das comissões, mas que não se pode ir
135 contrário às determinações do Regimento Interno. Afirmou que se houver um conselheiro
136 participando de mais de uma comissão, entrará com um mandato de segurança. II.
137 Apresentação, discussão e deliberação da Lei Orçamentária Anual – Exercício 2012 e a Peça
138 Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde: o Sr. Fábio Forte, diretor do Fundo
139 Municipal de Saúde, realizou a apresentação da Peça Orçamentária da Secretaria Municipal
140 de Saúde, para o ano de 2012. Informou que a previsão do orçamento para a Saúde para
141 2012 é de R\$ 822.318.434,00 (oitocentos e vinte e dois milhões, trezentos e dezoito mil,
142 quatrocentos e trinta e quatro reais) de custeio e R\$ 53.101.768,00 (cinquenta e três
143 milhões, cento e um mil, setecentos e sessenta e oito reais) de investimentos, totalizando R\$
144 875.420.202,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte mil, duzentos e
145 dois reais). Explicou que custeios são despesas continuadas que não podem ser
146 interrompidas, englobando todo o gasto da Saúde, sendo medicações, salários dos
147 profissionais, convênios, água, luz, telefone, entre outros; e que o investimento trata de
148 novas obras, reformas e equipamentos. O Sr. Porsani ressaltou que é a primeira vez que o
149 CMS discute o orçamento antes de ir para Câmara dos Vereadores. Parabenizou a SMS por
150 fazer o debate antes de ir para Câmara. Explicou que o debate se inicia hoje e finaliza na
151 reunião do dia 28. Afirmou que o CMS quer contribuir para a discussão para a construção da
152 peça orçamentária. A Sra. Soeli falou que os recursos aparecem e insistiu que a Região
153 Noroeste precisa aumentar as unidades de saúde. Exemplificou com o caso do Satélite Íris, o
154 qual vem passando por uma expansão imobiliária. Falou que a sua unidade atende metade
155 da população deste bairro e a outra metade é atendida no Centro de Saúde do Jardim
156 Ipaussurama. Argumentou que isso demonstra a necessidade da unidade no Satélite Íris.
157 Falou que já perderam três emendas parlamentares, ficando uma situação triste e
158 frustrante. Perguntou se o recurso de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) não pode ser
159 usado para desapropriação da área que deverá ser construído o centro de saúde. A Sra.
160 Raquel fez comentários em três pontos. Primeiro, falou que a forma de organização da



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 proposta orçamentária reduz a possibilidade de avaliá-la politicamente e que sente falta que
162 não tenha clareza da relação da saúde com as outras pastas e as suas demandas. Pontuou
163 que se deve aprimorar a apresentação da discussão, de forma que possa avaliar os
164 investimentos na Saúde comparando com os gastos nas outras pastas. Afirmou que somente
165 desta forma daria para ter uma análise correta do investimento na saúde, realizando um
166 julgamento com a visão de todo. Falou que é prática da política atual fragmentar a visão,
167 prejudicando o conhecimento da totalidade. Segundo, afirmou que sente dificuldade de
168 avaliar se não existe uma informação do que foi planejado, executado e previsto. Afirmou
169 que o orçamento possui três dimensões e somente com a análise do todo é permitido um
170 gradiente de aumento ou não, a análise desta forma não se torna significativa, pois não se
171 tem parâmetros de comparações com anos anteriores. Terceiro, falou sobre a necessidade
172 da implantação de orçamento participativo, permitindo o controle social. Falou que
173 discursas sobre participação popular e controle social, sem efetivamente explicitar, na
174 prática, o que se faz para a implementação destas, torna-se um monte de fantasia e
175 fantasmas nadando pelo espaço. Falou que o CMS havia decidido que seria agendada até o
176 final dos oito meses, a discussão do convênio com Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” e
177 temas de que clareassem a política de repasse de dinheiro público. Afirmou que se define o
178 plano orçamentário sem definir o repasse do dinheiro público para as instituições privadas,
179 iremos, constantemente, contando a miséria e sempre a falta. O Sr. Trombetta falou sobre
180 as construções e sugeriu que se tirasse uma comissão para verificar as obras, sendo que
181 existem muitas obras superfaturadas. Afirmou que o Pronto Atendimento Centro não está
182 gostando daqui, pois existem muitas demandas. Insistiu em cobrar o Centro de Referência
183 da Saúde do Homem, sendo que sempre cobrou essa demanda, pois faltam médicos
184 urologistas na rede. Falou que Campinas já estava incluída pelo Ministério da Saúde para
185 construir um centro de referência de saúde do homem. Solicitou o apoio das mulheres, pois
186 ele próprio apoiou a questão das mulheres e da construção do Centro de Referência da
187 Saúde da Mulher. Afirmou que Campinas não pode viver esse descaso com a saúde do
188 homem. O Sr. Mariante falou que pensa que foi válida a insistência em trazer a discussão
189 antes de ser encaminhada à Câmara, pois possibilita algum grau de interferência. Concordou
190 com a Sra. Raquel onde não fazer essa discussão integrada entre todas as políticas prejudica
191 a discussão, mas de fato já viveu a experiência anterior e se perdeu. Ressaltou que se deve
192 retomar o processo de discussão das políticas integradas. Afirmou que sua fala tentaria
193 contribuir com olhar crítico a proposta trazida do orçamento. Na questão da destinação de
194 verbas para o CMS, falou sobre a necessidade do esforço para recuperar o PAM do CMS e
195 verificar a adequação de recursos, trazendo o recurso condizente ao trabalho do CMS. Falou
196 que levantou questões mais cedo, na reunião da Comissão Executiva. Falou que, do ponto de
197 vista de recursos, existe as limitações políticas, econômicas e fiscais, que extrapolam a
198 questão do município, mas que não deve deixar de ser discutida. Ressaltou que existe outra
199 questão, a qual fora discutida na audiência do orçamento do Estado. Falou que a
200 contribuição de São Paulo para Campinas é ridícula. Afirmou que se deve manter a cobrança



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 política sobre o estado para que se discuta o repasse de verbas para os municípios. Explicou
202 que o repasse de verbas do Estado é muito centralizado. Falou que a lembrança da questão
203 sobre o SSCF e do Complexo Hospitalar Ouro Verde foi levantada e esclareceu que se
204 conseguir avançar nessas questões e retomá-las, a previsão orçamentária não tem problema
205 de mudar o destinatário, podendo ocorrer uma mudança no montante dos gastos, porém
206 permanecendo a verba garantida. Explicou que se trata de decisões de conferências e do
207 CMS. Finalizou parabenizando a discussão. A Sra. Marlene perguntou se quando não entra
208 no orçamento para 2012 é por que entra no custeio. Falou que não percebeu nada de
209 pronto socorro, tampouco de SAMU e questionou. Falou que há quatros meses atrás, por
210 conta da ação dos moradores de rua, usava a Casa de Apoio Grupo Amizade. Afirmou que
211 recebeu um comunicado que a casa havia rompido com o Programa Municipal DST/AIDS,
212 sendo que mesmo assim consta no orçamento o pagamento do convênio. Solicitou
213 esclarecimentos sobre essa questão. O Sr. Mendes falou sobre a verba destinada para o
214 CMS, sendo que sempre houve a luta pelos Conselhos Locais e Distritais de Saúde. Alegou
215 que poucas pessoas conhecem estes conselhos. Afirmou que existe a necessidade de R\$
216 300.000,00 (trezentos mil reais) para os CLSs fazerem suas divulgações de eleições e para os
217 vales transporte de conselheiros distritais. Perguntou sobre a ampliação da quimioterapia do
218 Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, sendo que as verbas estão muito altas, podendo
219 construir outro centro de saúde. Perguntou se as verbas parlamentares estão inclusas no
220 valor orçamentário apresentado. A Sra. Izabel colocou sua preocupação com as reformas.
221 Apontou achar que deve ser pensado e o CMS deve procurar cobrar as reformas das
222 unidades que já existem, pois muitas estão necessitando de reformas. Falou sobre o Centro
223 de Saúde do Perseu, o qual não aparece nenhuma reforma e/ou ampliação na previsão
224 orçamentária, onde existem dois loteamentos imobiliários que serão entregues no ano que
225 vem. Falou que não existe uma reforma e o Centro de Saúde, no estado que está, não tem
226 condições de aumentar as equipes de atendimento. Afirmou que não se deve pensar em
227 construir e sim melhorar o que já existe. Falou sobre a necessidade da prevenção, e que
228 quando não se realiza, acaba lotando os hospitais. Perguntou se o dinheiro que está
229 apontado é para a manutenção da rede básica. Falou que o Programa de Saúde da Família
230 está incompleto, não sendo possível aceitar isso. A Sra. Wilma perguntou sobre a verba para
231 a aquisição de equipamentos das Policlínicas II e III, sendo que a Poli III pegou fogo, devido
232 suas instalações precárias, perdendo documentos de pacientes, enquanto a Poli II foi
233 fechada pelo sindicato, devido às condições estruturais péssimas do prédio. Perguntou se
234 serão comprados equipamentos e instalados nos prédios nas condições sucateadas em que
235 estão. Falou que na região do Vida Nova, existem mil e seiscentas famílias que se mudarão
236 para lá, sendo que o Centro de Saúde não comporta esse aumento. Perguntou como ficará a
237 situação, uma vez que não consta a reforma no planejamento orçamentário. Perguntou
238 sobre o aumento da quimioterapia do HMMG. Alegou que o então Prefeito, Dr. Hélio, há um
239 ano, fora ao HMMG inaugurar o serviço de quimioterapia e radioterapia. Questionou se será
240 realizada a reforma novamente neste setor, onde a enfermaria do hospital necessita



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 urgentemente de reformas, assim como a lavanderia do hospital, onde os seus maquinários
242 não dão conta de lavar toda a demanda. Falou que o Pronto Socorro Infantil sofreu uma
243 reforma de urgência, eleitoreira, de acordo com ela, sendo que no mês passado acabou
244 cedendo e afundando. Falou que o centro cirúrgico do hospital possui verbas desde 2003,
245 porém não fora reformado. Falou que os conselhos locais de saúde não recebem verbas para
246 os passes, sendo uma necessidade dos conselheiros. A Sra. Maria da Paz solicitou
247 esclarecimentos sobre as emendas parlamentares. Perguntou quando será possível o
248 começo da obra no Pronto Socorro Campo Grande, pois a demanda está muito grande. O Sr.
249 Manuel ressaltou a necessidade de reformar o Pronto Atendimento Centro, sendo que a
250 SMS já sabe a realidade da unidade. Falou que a questão fora discutida na semana passada e
251 verificada a necessidade da reforma. Falou que o seu centro de saúde não possui terreno
252 para ampliação e afirmou ao secretário de saúde que não irá atrás de emendas
253 parlamentares sem o terreno apropriado. Falou que, mesmo sem as condições de
254 funcionamento, o centro de saúde funciona, diferentemente do PA Centro, onde as
255 condições impedem o seu funcionamento adequado. Alegou que a unidade ficou desprovida
256 de radiografias, devido à falta de insumos. A Sra. Maria Gil falou que existe, há mais de um
257 ano, a necessidade da reforma do Centro de Santa Lúcia, a qual foi apontada no Orçamento
258 Participativo e não apareceu na previsão orçamentária. Afirmou que o centro de saúde está
259 pequeno para a demanda da unidade, sendo que serão entregues mais apartamentos,
260 aumentando ainda mais a procura pela unidade. Falou que vem ocorrendo coleta dentro da
261 sala de inalação. Diz que parece que a SMS só se lembra das unidades mais novas. A Sra.
262 Leonilda falou que, desde 2005, a população vem reivindicando a construção do Centro de
263 Saúde do Jardim Itatinga. Perguntou quando esta unidade será construída. Afirmou que a
264 população do bairro pensa que a SMS não prioriza a construção por se tratar do Jardim
265 Itatinga. O Sr. José João colocou sua preocupação em relação ao RH, devendo ser pensado
266 pela LOA 2012. Falou que as equipes do Centro de Saúde do Jardim Florence estão sempre
267 incompletas. Alegou que ocorrerá um aumento da demanda com o lançamento de novos
268 projetos habitacionais, pois possuem como referência o Centro de Saúde do Jardim
269 Florence. Perguntou por que não se pensa em construir um Centro de Saúde do Satélite Íris.
270 Afirmou que os moradores do Satélite Íris II e III e do Cosmos procuram o CS Florence. Falou
271 que existem verbas em emendas parlamentares que dariam para construir um centro de
272 saúde. Sobre a EC29, perguntou sobre a participação do estado no financiamento de saúde
273 no município. Perguntou sobre as verbas para pequenos reparos, sendo que os centros de
274 saúde fazem mutirões para comprar torneiras. A Sra. Andréa reforçou que é necessário
275 atentar ao recurso da RENAST, sendo que existem R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos
276 mil reais) acumulados, mais R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) até o final do ano e R\$
277 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) para o ano que vem. Falou sobre a necessidade
278 de redimensionar os recursos, considerando essas verbas. Afirmou que, como o CEREST é
279 referência regional, abrangendo mais de oito municípios, devendo ser levada essa
280 complexidade em consideração. Falou sobre a importância de aliar a questão de orçamento



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



281 e a programação de atividades de ações para o ano seguinte, sendo reforçado pelo
282 Ministério da Saúde, que avaliou o CEREST semana passada. A Sra. Juliana falou sobre o
283 planejamento e a proposta orçamentária para o próximo ano, afirmou ser importante ter
284 uma visão do todo, sentindo falta da análise de quanto se planeja para a atenção primária,
285 secundária e para a terciária. Em relação ao planejamento orçamentário, afirmou ser
286 necessário pensar no planejamento dos recursos humanos. Perguntou como será o
287 planejamento de recursos humanos para as unidades novas que estão sendo construídas,
288 uma vez que as vagas anunciadas pelo secretário de Recursos Humanos, Sr. Verano, na
289 reunião passada, não serão suficientes para suprir toda essa demanda. Colocou sua
290 preocupação com as novas Unidades de Pronto Atendimento, questionamento quais serão
291 as suas formas de gestão e de onde virão os profissionais. A Sra. Eloísa questionou qual a
292 metodologia para a composição do orçamento. Apoiou o pedido da Sra. Raquel, para que o
293 CMS tenha o levantamento dos valores gastos com os convênios. Apontou como urgente, a
294 reforma do HMMG, alegando que não observara nenhuma previsão para a reforma de
295 unidades do hospital. Afirmou que as instalações do hospital são antigas, devendo ser
296 solucionadas. Ressaltou que um hospital deste porte não pode ter esses problemas
297 estruturais. Falou sobre o orçamento para a manutenção das unidades de saúde, onde não
298 tem mais condições de trabalho. Alegou que existem unidades de saúde que há mais de
299 quinze anos não recebem nem uma pintura. Lembrou que pinturas devem ser realizadas, no
300 mínimo, uma vez por ano. Recomendou que a SMS olhasse para a questão de não haver
301 mais condições de executar as obras da forma como vem sendo feito. Afirmou ser
302 necessário realizar um trabalho junto às secretarias que executam as obras. Alegou que fora
303 em um equipamento público nesta semana, sendo que todos pensaram que seria indiciado,
304 porém houve uma reforma de emergência, devido às solicitações de readequações técnicas.
305 Alegou que verificaram problemas estruturais graves, que a construtora deixou de fazer,
306 comprometendo a segurança das instalações e demandando mais verbas para reformas
307 futuras. O Sr. Porsani questionou o pleno se a reunião deveria ser prorrogada por mais trinta
308 minutos, conforme regimento. Os presentes aprovaram a prorrogação. O Sr. Fábio lembrou
309 que a crise financeira não é exclusividade do município, mas do país e do mundo todo.
310 Ressaltou que um planejamento orçamentário não é possível atender a tudo e a todos.
311 Explicou que o orçamento público deve ser pensado como na nossa casa, onde frente a uma
312 crise econômica, se faz necessário economizar. Explicou que a priorização se faz através de
313 um planejamento que deve ser participativo. Sobre as emendas parlamentares, falou que
314 quando um deputado cria uma emenda, deveria vir ao conselho pactuar sobre essa verba.
315 Defendeu que se o deputado não pode vir, deveria mandar seus assessores, para verificar
316 que se realmente o que está sendo proposto interessa ao plano municipal, ao interesse da
317 SMS e dos conselhos locais. Defendeu que, quando se pensa em orçamento, deve ser
318 pensado de forma ampla e macro. Exemplificou apontando que, quando fizera seu curso de
319 Arquitetura e Urbanismo, aprendeu que deve ser vista a cidade como um todo. Concordou
320 que cada indivíduo defenda a sua área, solicitando as construções de unidades em suas



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



321 proximidades, porém existem pessoas que não estão representadas e que necessitam muito
322 mais de uma unidade básica. Ressaltou que quando se fala de planejamento, os deputados
323 devem ser trazidos à discussão no CMS, apontando quais são as novas unidades que não
324 estão incluídas no orçamento e que deveriam o ser. Defendeu que essa discussão sobre o
325 orçamento ocorra o mais rápido possível e se colocou à disposição para participar desta.
326 Lembrou que o Orçamento Participativo fora uma iniciativa que deu certo, mas que acabou.
327 Defendeu que deve ocorrer a retomada da discussão sobre o modelo do OP, para garantir a
328 participação popular na questão do orçamento, de forma ampla. Falou que a SMS é a única
329 secretaria que realiza essa discussão sobre o orçamento. Sobre a questão da Região
330 Noroeste, explicou que, depois que a emenda parlamentar é aprovada, se torna muito difícil
331 mudá-la, como por exemplo, remanejá-la para desapropriação. Explicou que a emenda para
332 construção deve ser sempre aplicada na construção. Apontou que por essa razão, defende
333 que o deputado venha discutir a questão antes de aprovar a emenda parlamentar, onde
334 pode ser mais importante uma reforma que uma nova construção. Sobre a organização,
335 concordou com a Sra. Raquel, explicando que montou sua apresentação sob o ponto de vista
336 contábil e financeiro, sendo que o orçamento é vinculado às políticas do município, tais
337 como o PPA. Alegou que demonstrou em uma de suas apresentações que o orçamento
338 inicial não é o mesmo que o executado, devido aos restos a pagar. Sobre a questão dos
339 gastos e orçamentos das outras secretarias, afirmou que estes ainda não estão fechados,
340 impossibilitando que ele apresente estes valores. Sobre as discussões sobre os convênios,
341 afirmou acreditar que esta discussão vem acontecendo, uma vez que a reunião passada do
342 CMS fora discutida a questão do recurso humano da SMS, que aborda a questão do SSCF e
343 do CHOV. Sobre o superfaturamento das obras, explicou que para que uma obra seja
344 executada, deve ocorrer o processo de licitação. Concordou que os órgãos públicos gastam
345 mais, se comparados às construções realizadas pela iniciativa privada, pois, de acordo com a
346 Lei nº 8.666, quando ocorre uma licitação é uma questão legal. Falou que existe uma
347 discussão que deverá ocorrer, abrangendo a questão das razões que tornam o custo público
348 mais elevado do que para a iniciativa privada. Explicou que as licitações são realizadas pela
349 Secretaria de Administração. Concordou que, como homem, também gostaria de possuir um
350 centro de referência para a saúde do homem, porém a SMS deve priorizar aquilo que já
351 começou, de acordo com os programas de governo do Ministério da Saúde, como o centro
352 de referência da saúde da mulher. Falou que com a discussão do orçamento ocorre um
353 avanço na questão do controle social. Colocou-se disponível para explicar como se constrói,
354 se executa e como se paga um orçamento. Sobre os recursos, explicou que se o Grupo
355 Amizade reincidiu o convênio, este valor aparecerá na previsão de orçamento, pois poderá
356 ocorrer um remanejamento deste. Afirmou ser importante que o recurso conste no
357 orçamento, ocorrendo uma garantia deste. Comprometeu-se a apresentar os gastos com a
358 atenção básica, com a urgência/emergência e com a média complexidade. Sobre a verba
359 para o CMS, explicou que necessita de um documento justificando os gastos e as
360 necessidades do CMS, tanto para custeio como para investimentos. Lembrou que o



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



361 orçamento não está fechado, podendo ser modificado antes de ser encaminhado à Câmara.
362 Informou que a emenda parlamentar somente entrará no orçamento no ato da assinatura
363 do convênio e a sua publicação. Concordou com a Sra. Izabel, falando que se não existem
364 condições de manter os serviços que existem, não se devem ampliar novos serviços. Porém,
365 isso retoma a discussão sobre a emenda parlamentar. Defendeu que o CMS deve discutir as
366 prioridades e pactuá-las democraticamente. Sobre as questões das policlínicas, explicou que
367 as emendas parlamentares não foram discutidas, sendo somente aplicadas, onde neste caso,
368 são referentes à compra de equipamentos para uma instalação física insuficiente e precária.
369 Explicou que fora o HMMG que solicitou a verba para ampliação da quimioterapia ao
370 Ministério da Saúde, onde o Fundo Municipal de Saúde somente repassará a verba ao
371 hospital, cabendo a este explicar esse recurso. Defendeu que o Pronto Atendimento Centro
372 deve sair das atuais instalações, pois não se deve investir dinheiro público em instalações
373 privadas. Sobre a reforma do Centro de Saúde Santa Lúcia, explicou que possui um
374 documento do Prefeito explicando que, para 2012, somente serão repassados os recursos
375 para investimentos em obras que já começaram e as obras que possuem recursos do
376 Ministério da Saúde, o que não é o caso do Centro de Saúde Santa Lúcia. Explicou que os
377 recursos do PAM do CEREST estão garantidos, devendo ser discutida a execução deste
378 recurso. Lembrou que o concurso público não será suficiente para atender toda a demanda.
379 Explicou que as verbas para reformas não são suficientes para atender todas as pequenas
380 reformas de todas as unidades. O Sr. Saraiva apontou que foram levantadas questões
381 relacionadas ao custeio, outras relacionadas a investimentos e outras relacionadas às
382 alterações de alguns planos como fora mencionada pelo Sr. Trombetta. Falou que entende,
383 com muita clareza, que a atenção básica deve ser priorizada na LOA. Explicou que quando a
384 questão é trazida, a proposta discutida é que não se existe um ano sem movimento. Afirmou
385 que não existe um ano em que uma obra não pare ou que outra se conclua. Falou que os
386 processos são dinâmicos e vem de uma discussão de prazo maior, sendo de três ou quatro
387 anos. Falou que a proposta é construir quatorze novas unidades de saúde, entre as que
388 estão sendo entregues, aquelas que estão em processo de obras e as que estão para ser
389 iniciadas. Sobre as reformas, falou que estão sendo reformadas de ampliações de onze
390 unidades básicas, de acordo com o planejamento orçamentário. Concordou com a Sra. Maria
391 Gil, onde se devem buscar emendas parlamentares quando não há recursos próprios.
392 Concordou com a necessidade de reforma no Centro de Saúde Santa Lúcia, devendo os
393 recursos parlamentares ser redimensionados para garantir essa reforma. Falou que entende
394 a fala do Sr. Fábio, apesar de não concordar, com a necessidade de priorizar devido à
395 carência de recursos, onde acredita que é necessário pressionar os parlamentares para a
396 votação da EC29, revisando o repasse de verbas para a saúde para os municípios. Lembrou
397 que a EC29 vem patinando há onze anos. Falou que ou se reverte o problema de
398 financiamento da saúde ou a lei audaciosa, como a Lei do SUS, que garante a saúde de todos
399 os cidadãos vem por terra. Falou que seria muito bom se o governo não tivesse nenhuma
400 parceria privada e que todos os serviços fossem públicos. Falou que não se pode fugir da



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



401 realidade, onde 50% da assistência hospitalar que se faz neste país ocorrem por instituições
402 privadas filantrópicas, não sendo somente um problema de Campinas. Afirmou ter clareza
403 da necessidade de priorizar as obras destas unidades, onde existe uma unidade de pronto
404 atendimento que possui grande prioridade, devido à consideração que o Hospital das
405 Clínicas tem a função de assistência terciária e quaternária, a UNICAMP propôs que,
406 existindo um terreno e recursos do Ministério da Saúde, assume os recursos humanos e o
407 custeio de um pronto atendimento, existindo uma frente no “tapetão” e uma retaguarda no
408 hospital, sendo este, de fato, referenciado. Explicou que o Pronto Atendimento
409 Metropolitano não é novo e, sim, para acabar com a vergonha que é o Pronto Atendimento
410 Padre Anchieta, onde todo o dia tem matéria de jornal de problemas de acolhimento e
411 atendimento a usuários. Defendeu que o PA São José deve ser ampliado. Colocou-se
412 preocupado, pois Campinas apresenta muitos óbitos por atropelamento, acidentes e
413 violência, devendo esses pacientes serem atendido. Ao ser questionado pela jornalista do
414 Metro, sobre quanto Campinas gasta com urgência/emergência, respondeu que os gastos
415 são na ordem de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), pois as mortes por
416 violência só perdem para as mortes por infartos. Lembrou que os pacientes poli
417 traumatizados envolvem muitos gastos, com cirurgias, internações em UTI, próteses,
418 antibióticos, entre outros. Falou da necessidade de existir políticas públicas drásticas de
419 redução de álcool e direção, consumo de tabagismo e os problemas enfrentados, ou a saúde
420 deverá continuar atendendo infartados e atropelados. Lembrou que o então ministro da
421 saúde, Dr. José Temporão, afirmou não estar feliz em inaugurar um hospital de duzentos e
422 cinquenta leitos, tal qual o CHOV, mas, quando não se faz prevenção em câncer de próstata,
423 acaba gastando mais com urgência/emergência. Falou que quando não se faz prevenção de
424 acidentes, se gasta com internações de UTI. Ressaltou que a fila de câncer é dramática em
425 Campinas, onde este paciente não pode ficar esperando, sendo a ampliação da
426 quimioterapia clara. Concordou que o Pronto Atendimento Centro deve ser reformado,
427 existindo uma empresa lá dentro para realizá-la. Concordou com a Sra. Eloísa, onde se fazem
428 projetos incompletos e se mandam de forma atabalhoada para a licitação, ocorrendo os
429 fatos que acontecem, com obras que necessitam de reformas para adequação logo após
430 serem entregues. Concluiu informando que o Centro de Saúde do Jardim Itatinga deverá sair
431 na sequência, pois ocorreram problemas com a construtora. Concordou com o Sr.
432 Trombetta, falando que as empreiteiras colocam os preços mais altos para as licitações e
433 entregam serviços inadequados. Falou que gostaria que todos lutassem pela
434 regulamentação da EC29. Defendeu que o prédio da Policlínica II deve ser fechado, porém
435 isso ocorrerá somente após a finalização da construção do centro de especialidades, que
436 fora pensado na forma mais barata, sendo construído em um terreno que já é da Prefeitura,
437 com os serviços dos educandos como pedreiros. Colocou-se solidário a todos os relatos
438 apresentados e afirmou sentir vergonha em ser gestor devido aos problemas causados pelo
439 desfinanciamento da saúde pública nacional. O Sr. Porsani lembrou que a discussão continua
440 no dia 28 de setembro e solicitou ao Sr. Fábio e ao Dr. Saraiva para continuar o debate,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



441 trazendo respostas aos questionamentos levantados. Solicitou que sejam revistos os
442 recursos para o controle social, não dependendo somente da boa vontade. Defendeu que o
443 CMS necessita de assessorias jurídica e contábil. Apontou ser um grande desafio as respostas
444 que deverão ser trazidas na reunião do dia 28 de setembro. Defendeu que não ocorram os
445 cortes orçamentários na saúde. A Sra. Wilma perguntou de que forma a SMS pode ajudar ou
446 fazer a ponte do CMS com os deputados que possam direcionar as emendas para os locais
447 com mais necessidades. O Sr. Saraiva respondeu que os gabinetes dos deputados têm
448 apresentado grande receptividade, sendo que quando a gestão comprova a necessidade e a
449 viabilidade da obra, acaba sendo possível a emenda parlamentar. Defendeu que deve ser
450 pensado na reforma do centro de saúde do Perseu. O Sr. Mariante realizou a leitura da
451 proposta da criação de uma comissão para acompanhar a execução orçamentária de 2012,
452 sendo composta por 02 (dois) conselheiros usuários, 01 (um) conselheiros trabalhador e 01
453 (um) conselheiro gestor. Ressaltou que essa proposta deve ser melhor trabalhada e votada
454 na próxima reunião. O Sr. Porsani encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.
455 Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do Conselho
456 Municipal de Saúde, lavro a presente ata, assinando-a juntamente com os demais presentes.